

**12ª REUNIÃO ORDINÁRIA****CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

No dia 14 de dezembro de 2023, no Museu Novaes, às 09h, deu-se início à 12ª Reunião Ordinária do CMDCA, conforme a lista de participantes. A Presidente Íris Rodrigues, o Vice-Presidente Robson André e a Secretária da Mesa Diretora, Gabriela Alves, saudaram a todos agradecendo pela presença. A Presidente passou a palavra aos Conselheiros que participaram da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Sra. Ana Carolina iniciou suas observações mencionando que, embora tenha sido uma experiência proveitosa, percebeu uma considerável falta de organização durante o evento. Detalhou o formato da Conferência, destacando a formação de eixos da Assistência Social, Sistema Judiciário, entre outras áreas. Expressou sua percepção de desordem generalizada. Deixou claro sua vontade de concorrer à posição de delegada, manifestando sua insatisfação em relação à aparente falta de estrutura do processo. O Sr. Robson, que também esteve presente na Conferência, alinou-se aos comentários da Conselheira Ana e ampliou a discussão ao discorrer sobre o Sistema Judiciário. Ele observou que, dentro desse contexto, apenas três participantes eram advogados, havia um assistente social, um vereador de São Paulo e uma pessoa com experiência no fórum. O Conselheiro Robson compartilhou que, devido à sua inexperiência, não possuía um entendimento abrangente sobre o funcionamento da Conferência. Ele relatou que as propostas apresentadas nos diferentes eixos tinham semelhanças e que abrangeram as sugestões de quase todos os Municípios, sendo direcionadas para a nacional. A Conselheira Terezinha, que esteve na conferência, acrescentou ser relevante destacar a inclusão de diversas propostas, demonstrando a representatividade e abrangência das discussões. O Sr. Robson expressou que a experiência foi bastante proveitosa, afirmando que nas próximas participações já terá maior conhecimento e estará melhor informado. A Sra. Terezinha compartilhou detalhes sobre suas conversas com representantes de outros municípios, enfatizou que, nessas interações, foi mencionado que em seus respectivos locais, a Promotoria desempenha um papel particularmente ativo no CMDCA. Ela ressaltou que, ao discutirem sobre o assunto, ficou evidente a notável diversidade nas abordagens adotadas pelos diferentes Municípios, revelando realidades bastante distintas no contexto do CMDCA. O Sr. Robson pontuou que durante as conversas, trataram sobre a arrecadação do Fundo, foi observado a diversidade nas gestões. Ele apontou que municípios com metade da população de Cruzeiro conseguem arrecadar meio milhão, ao passo que nossa cidade arrecada um pouco mais de 20 mil, ficou



demonstrado disparidades significativas. Encerrando o assunto, a Secretária expressou que apesar da falta de organização supracitadas, considera a participação essencial para o avanço em políticas públicas. A Presidente complementou, destacando que a participação foi desafiadora, mas que no final deu tudo certo com a viagem. Em sequência, a Conselheira Tutelar Francis Cartier compartilhou a experiência da capacitação Online que o colegido participou, esta tinha sido encaminhada as informações pelo CMDCA, mas lamentavelmente não obtiveram resultados satisfatórios. Ela destacou as diferenças nas realidades enfrentadas, ressaltando que, por vezes, suas colocações foram mal interpretadas durante a Capacitação. A Secretária explicou que tentaram realizar a Capacitação presencial desde o processo de escolha, mas devido a burocracia e impedimentos licitatórios infelizmente não foi possível. Recentemente, foi feito um pedido para a Controladoria Interna e Procuradoria Jurídica analisarem a viabilidade do FUMDICAD realizar adiantamento para pagar a empresa responsável pela capacitação, mas ainda estamos aguardando o retorno. Posteriormente, foi discutido a importância do envio dos Relatórios de Atendimento do Conselho Tutelar para o CMDCA, foi apontado que há meses não era entregue, e isso impacta negativamente nos trabalhos, uma vez que o Conselho não tem os dados para discutir as problemáticas e conseqüentemente não consegue propor melhorias. A Presidente salientou que não é necessário fornecer detalhes específicos dos casos, apenas os números correspondentes aos atendimentos. A Sra. Ana Cristina Conselheira da Educação, se propôs a repassar o modelo utilizado na gestão do NASCE. Desta forma, seria possível enviar mensalmente os relatórios ao CMDCA, atendendo às necessidades de informação sem comprometer a confidencialidade dos casos. A Sra. Francis afirma que a partir de janeiro irá elaborar o documento. A Sra. Iris passa para a próxima pauta, se trata da aprovação da Ata n.º 11º referente a Reunião Ordinária e a Prestação de Contas do FUMDICAD do mês de novembro, sem ressalvas a plenária as aprovaram. A Presidente solicita que a Sra. Daniele explique sobre a nova entrada de recurso do Fundo. A secretária contextualiza que há um tempo vinham solicitando recurso para o Judiciário correspondente às multas pecuniárias, e recentemente o Conselho teve a aprovação, e esse recurso a princípio era para custear equipamentos para CMDCA, porém após realizar algumas pesquisas, foi identificado que estaríamos indo contra a legislação vigente do CONANDA. Havíamos tido o entendimento que para facilitar a prestação de contas para o Judiciário o ideal era termos esse recurso em conta específica, o que também gerou dúvida após consultas realizadas com municípios vizinhos, a orientação foi que devermos ter apenas uma conta do FUNDO : entrada e saída de recursos. Algumas sugestões foram sendo propostas, uma



vez que o colegiado acompanha todas as movimentações financeiras do FUNDO, e todos reconhecem a necessidade de termos uma boa estrutura para os trabalhos. Uma alternativa também sugerida era de utilizar esse recurso para pagar a capacitação do Conselho Tutelar. Após todas as considerações, ficou acordado de que a secretária irá verificar no setor de finanças a possibilidade de abertura de conta poupança, a compreensão é de que não estaríamos contrariando a legislação e ficaria mais objetiva a prestação de contas para o Judiciário. A Presidente prossegue para o próximo assunto, que é sobre a Educação Antirracista nas Escolas do Município. Ela informa termos recebido o relatório elaborado pela Sra. Cláudia Isabel, Diretora do Núcleo de Projetos Pedagógicos Articulados (NUPPA), este estará sendo repassado aos Conselheiros. Foi lembrado que esse assunto é continuidade das tratativas da última reunião desse Conselho, quando a problemática foi apresentada ao Colegiado e surgiu a ideia de inserir no calendário pedagógico a temática. A Sra. Gabriela brevemente sinaliza os pontos em destaque desse relatório e propõe uma reunião com a Sra. Cláudia para aprofundar o debate e soluções práticas, ressaltando que compreende o comprometimento da Educação com esse assunto, mas destaca a necessidade de entender como as ações serão implementadas. A Presidente questiona se a Conselheira Tania tem alguma observação a fazer. A Conselheira expressa o desejo de se aprofundar de como será a aplicação na prática das propostas e enfatiza a importância de fortalecer as crianças e adolescentes pretas. Ela conclui manifestando também o interesse em um diálogo mais detalhado com a Sra. Cláudia para um melhor entendimento. A Conselheira Ana Cristina, se disponibiliza em articular a reunião. A Presidente reforça a relevância do tema e a necessidade de abordá-lo, considerando o caráter estrutural do racismo e convida a todos a participarem. A Presidente pergunta para a plenária se alguém tem algo a acrescentar, nesse momento o Sr. Tadeu pergunta como ficou a definição da posse dos Conselheiros Tutelares, indagando se será um evento restrito ou aberto ao público. A Sra. Iris esclarece que será uma cerimônia conforme já decidido pelo colegiado, sendo no Gabinete do Prefeito, com poucas pessoas e informa que a Fundação Carlos Marcello fornecerá o lanche, uma vez que a Prefeitura não dispõe de condições para o custeio de um evento mais amplo. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a reunião .

Iris Rodrigues dos Santos
Presidente do CMDCA

Daniele E. Nunes Ferreira
Secretária do CMDCA



Publique-se, inclusive sob a forma de fixação no átrio da Casa dos Conselhos; registre-se e archive-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 14/12/2023.